



Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios

RESOLUÇÃO APEPREM Nº 01/2026

Regulamento do Concurso de Premiação das Maiores Caravanas de Associados nos Eventos da APEPREM

A Associação Paulista de Entidades de Previdência Municipal – APEPREM, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, resolve aprovar o seguinte **Regulamento do Concurso de Premiação das Maiores Caravanas** nos eventos institucionais promovidos pela entidade.

Art. 1º – Da Finalidade e da Natureza do Concurso

O Concurso de Premiação das Maiores Caravanas tem por finalidade reconhecer, valorizar e incentivar a presença institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social nos eventos promovidos pela APEPREM, premiando, em cada categoria de porte, o **RPPS** que apresentar a **maior delegação inscrita e presente**.

§1º O prêmio é conferido **exclusivamente ao RPPS, como instituição**. Em nenhuma hipótese será concedido, entregue ou atribuído a servidor, gestor, conselheiro, segurado ou qualquer outra pessoa física.

§2º O concurso tem caráter institucional e honorífico. Não há sorteio nem qualquer elemento de sorte; a participação não depende de pagamento além da inscrição regular no evento; e o resultado decorre exclusivamente dos critérios objetivos deste Regulamento.

§3º A APEPREM não exige nem recomenda que o ente ou o RPPS amplie sua delegação. O número de participantes e as despesas correspondentes são de decisão e responsabilidade exclusivas do ente e do RPPS, que devem observar a legislação local, o interesse público e os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.

Art. 2º – Das Definições

Para os fins deste Regulamento, considera-se:

I – **RPPS**: regime próprio de previdência social de ente municipal, representado por sua unidade gestora, identificado pelo CNPJ e constante do ISP;

II – **ISP**: Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS (ISP-RPPS), divulgado anualmente pelo Ministério da Previdência Social;

III – **Delegação (caravana)**: conjunto de participantes computáveis vinculados a um mesmo RPPS, nos termos do art. 5º, que estejam inscritos e presentes no evento;

IV – **Participante computável**: pessoa que atenda ao art. 5º e não incida em nenhuma das vedações do art. 6º.





Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios

Art. 3º – Da Elegibilidade

Poderá concorrer o RPPS que, cumulativamente:

- I – Seja de ente municipal, esteja em funcionamento e conste do ISP adotado nos termos do art. 4º;
- II – Seja filiado à APEPREM e esteja em dia com suas obrigações estatutárias;
- III – tenha sua delegação inscrita na forma dos arts. 5º a 7º; e
- IV – Não incida nas vedações do art. 6º.

Parágrafo único. A participação é automática para o RPPS elegível que tenha delegação inscrita e presente. O RPPS poderá, por ofício, declinar de concorrer a qualquer tempo antes do encerramento da apuração.

Art. 4º – Das Categorias e do Porte

Será premiado **um RPPS por categoria**, conforme o **porte atribuído ao RPPS pelo ISP**:

- I – **Categoria 1:** RPPS de Grande Porte;
- II – **Categoria 2:** RPPS de Médio Porte;
- III – **Categoria 3:** RPPS de Pequeno Porte.

§1º O porte é o constante do Relatório do ISP mais recente divulgado. A APEPREM não define nem altera o porte de nenhum RPPS. Para este concurso, não se aplica a subdivisão do ISP por maturidade da massa de segurados.

§2º A divulgação de nova edição do ISP somente será adotada por ato da Diretoria publicado antes da abertura das inscrições do evento a que se aplicar, e nunca durante evento com inscrições abertas ou em curso.

§3º O RPPS sem porte atribuído no ISP será enquadrado na categoria correspondente ao total de segurados (ativos, aposentados e pensionistas) constante do CADPREV ou da avaliação atuarial mais recente. Considerando as informações do ISP em sua tabela vigente

Art. 5º – Da Delegação e de sua Confirmação

A delegação poderá ser composta por pessoas que tenham um dos seguintes vínculos:

- I – dirigentes, servidores e empregados da unidade gestora do RPPS;
- II – membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS;
- III – [agentes públicos e servidores do ente municipal] formalmente indicados pelo RPPS; e
- IV – [segurados (ativos, aposentados e pensionistas) do RPPS] formalmente indicados por ele.

Art. 6º – Das Vedações

Não serão computados na delegação:

- I – Pessoas sem vínculo com o RPPS ou com o ente, na forma do art. 5º;



Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios

II – Prestadores de serviços, consultores, corretores, distribuidores, administradores ou gestores de fundos, instituições financeiras e quaisquer empresas ou pessoas com interesse comercial perante o RPPS, bem como seus sócios, empregados e prepostos, ainda que inscritos em nome do RPPS;

III – Palestrantes, convidados, expositores, equipe organizadora e acompanhantes sem participação na programação do evento; e

IV – Inscrições em duplicidade ou feitas com dados inverídicos.

Parágrafo único. A constatação de informação falsa, ou de qualquer artifício para inflar a delegação, implica a desclassificação do RPPS, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de controle, quando cabível.

Art. 7º – Da Presença

Considera-se presente o participante que:

I – Realizar o credenciamento presencial no evento, mediante documento de identificação com foto; e

Parágrafo único. O inscrito que não comparecer, não será computado.

Art. 8º – Da Apuração

A apuração será realizada pela **DIRETORIA DA APEPREM**, exclusivamente com base nos registros de inscrição e nos registros de credenciamento e presença.

§1º Vence, em cada categoria, o RPPS com o **maior número de participantes computáveis presentes pagantes**.

§2º A apuração será registrada, e terá memória de cálculo por RPPS, arquivada pela APEPREM por 5 [cinco] anos.

§3º O resultado será divulgado em ato público no evento, com o nome do RPPS vencedor de cada categoria e o total de participantes computados.

§4º O membro da Diretoria vinculado a RPPS concorrente não participará do processo de apuração, devendo declarar-se impedido.

Art. 9º – Dos Critérios de Desempate

Havendo empate no número de participantes computáveis presentes, prevalece, **nesta ordem**, o RPPS que:

I – Tenha realizado a **reforma previdenciária ampla**, conforme os critérios utilizados pelo Ministério da Previdência Social;

II – Tenha a **melhor classificação final no ISP**, na ordem A, B e C;

III – possua o **Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)** vigente na data da apuração, emitido pela via administrativa (não judicial);

IV – Tenha a melhor classificação, na ordem A, B e C, e sucessivamente, nos seguintes indicadores parciais do ISP:

a) Indicador de Suficiência Financeira;

b) Indicador de Acumulação de Recursos;

c) Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários;



Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios

V – Tenha o **maior número de gestores e conselheiros com certificação profissional válida**, nos termos da Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações.

Parágrafo único. Os critérios serão verificados pela **DIRETORIA DA APEPREM** em fontes públicas do Ministério da Previdência Social na data da apuração. Não haverá sorteio.

Art. 10 – Da Premiação

A cada categoria corresponderá um único prêmio, consistente em **reconhecimento público** e prêmio de caráter simbólico, escolhido pela APEPREM, [de valor unitário não superior a R\$ 500,00(quinhetos reais).

§1º O prêmio é entregue ao **RPPS**, por meio de seu dirigente ou de representante da delegação que o receba em nome da instituição, e incorpora-se ao patrimônio do RPPS, vedados o uso e a apropriação pessoais.

§2º O prêmio não é pago nem convertido em dinheiro e não inclui inscrições, passagens, hospedagem, brindes ou qualquer outra vantagem em favor de pessoa física.

§3º A entrega ocorrerá durante o evento, preferencialmente no encerramento do evento. A APEPREM poderá divulgar o nome do RPPS premiado e o total de sua delegação, sem identificar individualmente os participantes.

Art. 11– Da Proteção de Dados Pessoais

O tratamento de dados pessoais dos participantes observará a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e se limitará à apuração e à prestação de contas do concurso. As relações nominais serão acessadas apenas pela DIRETORIA DA APEPREM e eliminadas após o prazo do art. 11 e a decisão de eventual pedido de revisão, mantidos somente a memória de cálculo com os totais por RPPS. Compete ao RPPS informar seus participantes sobre o compartilhamento de seus dados com a APEPREM para essa finalidade.

Art. 12 – Das Disposições Gerais

§1º Este Regulamento será publicado no canal oficial da APEPREM e mencionado no edital ou no regulamento de inscrição de cada evento a que se aplicar, antes da abertura das inscrições.

§2º Este Regulamento poderá ser alterado por ato da Diretoria, publicado com antecedência mínima de 30(TRINTA) dias da abertura das inscrições do evento a que se aplicar. A alteração não atinge evento com inscrições abertas ou em curso.

§3º Os casos omissos serão resolvidos pela **Diretoria da APEPREM**, por decisão fundamentada e registrada em ata, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da publicidade.

§4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Birigui, 02 de outubro de 2026

Daniel Leandro Boccardo

Presidente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 51B0-577A-2AF8-B1F9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIEL BOCCARDO (CPF 267.XXX.XXX-09) em 02/10/2026 10:41:57 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://apeprem.1doc.com.br/verificacao/51B0-577A-2AF8-B1F9>